



Dispensa de outorga de uso da água: um levantamento entre produtores certificados e não certificados no Norte Pioneiro do Paraná

Water use grant dispensation: a study between certified and uncertified producers in Pioneer Northern of Paraná

SILVA, Diego Contiero¹; MACEDO, Rogério Barbosa²; FERNANDES, Flavia Regina Moreira²; AQUINO, Ligiane de Oliveira²; OLIVEIRA, Rafael Alvim Gonzaga²

1 Mestrando em Agronomia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, diego.contiero@uenp.edu.br; 2 UENP/NEAT, neat@uenp.edu.br

Resumo: A água é um recurso indispensável para a vida e se não for bem gerida poderá ficar cada vez mais escassa. Os governos federal e estadual tem uma série de leis que regulamentam como os recursos hídricos podem ser usados, sendo que um desses mecanismos é a outorga de uso da água. A agricultura orgânica possui suas legislações específicas com exigências ao produtor, dentre elas a documentação de dispensa de outorga de uso da água. O Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos foi criado para aumentar o número de produtores orgânicos certificados no Paraná e prestar assistência técnica e extensão rural especializada para adequar as propriedades interessadas na certificação em relação as legislações específicas. 79 propriedades do Norte Pioneiro do Paraná foram visitadas e aplicadas um estudo de caso para se avaliar qual a condição da propriedade em relação as legislações da agricultura orgânica, nesses estudos de caso verificou-se a questão da dispensa de outorga de água.

Palavras-Chave: Outorga de uso da água; certificação de produtos orgânicos; recursos hídricos.

Abstract: Water is an indispensable resource for life and if not well managed can become scarce. Federal and state governments have several laws what regulate how water resources can be used, one of those mechanisms is the water use grant. Organic agriculture has your specifics laws with demands to the rural producer, among them the documents of water use grant dispensation. Paraná Program for Certification of Organic Products was created to grow up the number of rural producers with a certificate in Paraná and provide specialized technical assistance and rural extension to adapt interested properties in certification in relation to specific laws. 79 properties from Pioneer Northern of Paraná we revisited and applied a case study to evaluate what is the condition of the property in relation to organic farming laws, in those case studies was verified the water use grant dispensation question.

Keywords: Water use grant; organic products certification; water resources.



Contexto

A água é indispensável à sobrevivência da vida sobre a terra. Sabe-se que $\frac{3}{4}$ da superfície terrestre é formada de água, sendo que dessa quantidade, apenas 2,5% são de água doce, podendo ser aproveitada para consumo e para irrigação (GHELLERE, 2008).

Essa quantidade disponível tende a escassez em quantidade e qualidade, daí a necessidade de gerir esse recurso, objetivando,acomodar as dinâmicas econômicas, sociais e ambientais por águas emníveis sustentáveis (GHELLERE, 2008).

Visando o melhor controle do uso dos Recursos Hídricos do nosso país, a Lei Federal 9.433 de 08 de Janeiro de 1997, institui o Plano Nacional de Recursos Hídricos que regulamenta o uso das fontes de água no nosso país e os mecanismos de controle aplicados como a outorga do uso da água e, no estado do Paraná, a Lei Estadual nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e o Decreto de Lei Estadual n.º 9957 de 23 de Janeiro de 2014 complementa a legislação federal e implementa a Política Estadual de Recursos Hídricos e dispõe das regulamentações estaduais para os pedidos de outorga de uso de e o uso independente de outorga.

Essas legislações abrangem todos os setores do país, inclusive a agricultura, sendo que a agricultura orgânica, na suas legislações, demanda que o produtor, que deseja comercializar seus produtos como orgânicos, siga uma série de exigências de cunho social, trabalhista e ambiental. Entre essas exigências está a dispensa de outorga do uso de recursos hídricos.

O Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO), uma parceria entre a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e as Universidades Públicas Estaduais.

Foi implantado um núcleo de extensão em cada Universidade para a disponibilização de assistência técnica e extensão rural (ATER) especializada em



sua região de abrangência e a realização de auditorias para a certificação. A primeira fase do programa teve seu início em setembro de 2009 e foi encerrada em julho de 2011. Em julho de 2012, esse programa foi renovado para dar continuidade aos trabalhos no Estado do Paraná, com previsão de término em junho de 2015.

O núcleo PPCPO da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) presta serviços de ATER nas propriedades da região do Norte Pioneiro do Paraná que tem o interesse de buscar a certificação orgânica para sua produção, adequando as propriedades interessadas em relação das legislações que abrangem a agricultura orgânica e ajudando na obtenção de documentos obrigatórios por lei como o Plano de Manejo Orgânico, Caderno de Campo do Produtor e a Dispensa de Outorga de Uso de Recursos Hídricos.

Descrição da experiência

As propriedades eram visitadas e nessas eram aplicadas um questionário chamado Estudo de Caso para a avaliação da propriedade e como seriam procedidas as mudanças para adequação à legislação de produção orgânica.

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2010). Um dos itens do estudo de caso trata das documentações obrigatórias para que a certificação seja possível na propriedade.

Com os estudos de caso preenchidos, foi avaliado quantas propriedades contavam com a dispensa de outorga de uso de recursos hídricos e quantas não apresentavam tal documentação.

Resultados

Foram visitadas 79 propriedades na região do Norte Pioneiro do Paraná onde 30 passaram por processo de auditoria e receberam o certificado de produção orgânica e 49 não passaram por processo de auditoria. Com a avaliação dos estudos de caso,



foram levantados dados das propriedades que possuíam ou não a dispensa de outorga de água como pode ser visto nas tabelas 1 e 2.

TABELA 1. Relação dos produtores não certificados atendidos pelo PPCPO e seus municípios em relação ao uso de recursos hídricos independentes de outorga

Município	Produtores não certificados	
	SIM	NÃO
Abatiá	1	3
Carlópolis	-	6
Ibaiti	-	1
Jacarezinho	3	2
Ribeirão Claro	3	4
Salto do Itararé	-	5
Santa Amélia	1	-
Santa Mariana	-	1
São Jerônimo da Serra	-	2
Sapopema	-	10
Siqueira Campos	-	1
Wenceslau Braz	-	6
Total	8	41

TABELA 2. Relação dos produtores certificados atendidos pelo PPCPO e seus municípios em relação ao uso de recursos hídricos independentes de outorga

Município	Produtores certificados	
	SIM	NÃO
Abatiá	-	1
Bandeirantes	-	4
Figueira	1	-
Ibaiti	2	-
Ribeirão Claro	17	2
Ribeirão do Pinhal	3	-
Total	23	7

As propriedades que não foram certificadas totalizaram 49, onde oito dessas possuíam dispensa de outorga e 41 não possuíam dispensa de outorga. Das oito que possuíam, uma em Abatiá e três em Jacarezinho foram consideradas com a dispensa de outorga, pois coletavam água diretamente do sistema de abastecimento de água do município. As propriedades certificadas totalizaram 30, onde 23 dessas possuíam dispensa de outorga e sete não possuíam dispensa de outorga.



Muitos produtores que receberam a visita do projeto estavam tendo contato com a legislação de orgânicos e a legislação do plano de recursos hídricos pela primeira vez e não sabiam da obrigatoriedade de terem a dispensa de outorga mesmo não sendo produtores orgânicos certificados.

Alguns produtores que obtiveram a certificação de produtos orgânicos pelo projeto não possuíam a dispensa de outorga estavam tirando o certificado pela primeira vez, foram auxiliados pelos bolsistas do projeto conseguiram tirar o documento da dispensa de outorga e ficaram dentro da conformidade da legislação

Agradecimentos

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI. Secretaria de Agricultura Familiar / Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UENP – PROEC.

Referências bibliográficas:

GHELLERE, L. A. S. **As águas e o meio ambiente: análise da outorga**, Ecoagência, 2008. Disponível em: <http://www.ecoagencia.com.br/documentos/asaguaseomeioambienteanalisedeoutorga.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015, 10:30:00.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.